



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

158

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	Do 24/08/1999
C	ST
	Rubrica

Processo : 10580.011291/92-60  
Acórdão : 203-05.430

Sessão : 28 de abril de 1999  
Recurso : 102.392  
Recorrente : VICTOR ARTIGOS MASCULINOS LTDA.  
Recorrída : DRF em Salvador - BA

**FINSOCIAL – COMPENSAÇÃO.** É possível a compensação dos valores pagos a maior, de contribuições ao FINSOCIAL, com o COFINS (art. 66 da Lei nº 8.383/91 e IN-SRF nº 21/97). **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: VICTOR ARTIGOS MASCULINOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1999

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Sebastião Borges Taquary  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, José de Almeida Coelho (Suplente), Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho e Lina Maria Vieira.

LDSS/FCLB/MAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 10580.011291/92-60  
**Acórdão :** 203-05.430

**Recurso :** 102.392  
**Recorrente :** VICTOR ARTIGOS MASCULINOS LTDA.

### RELATÓRIO

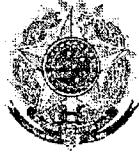
No dia 26.11.92, foi lavrado o Auto de Infração (fls. 02) contra a empresa **VICTOR ARTIGOS MASCULINOS LTDA.**, ora Recorrente, dela exigindo a contribuição ao FINSOCIAL, sob a alíquota de 2%, mais os acréscimos legais, por não recolhimento no período de apuração de janeiro de 1990 a março de 1992, no importe de 9.940,72 UFIR.

Defendendo-se, a autuada impugnou o auto de infração, alegando que a alíquota dessa contribuição é de 0,5%, segundo decisão dos tribunais superiores, requerendo a redução da alíquota e a compensação dos valores pagos a mais, em razão dessa diferença de alíquota (fls. 13/16).

O Delegado da Receita Federal em Salvador-BA (fls. 20/22) julgou procedente a ação fiscal e manteve no todo a exigência, ao fundamento de que “Argumentos de constitucionalidade não são apreciados na esfera administrativa”.

No prazo legal (fls. 30), veio o Recurso Voluntário (fls. 31/38), sustentando que a decisão recorrida não examinou os aspectos de excesso de alíquota e da compensação constantes da impugnação e, ao final, pediu o provimento do apelo, para deferir a redução da alíquota a meio por cento e a compensação na forma postulada.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10580.011291/92-60  
 Acórdão : 203-05.430

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Realmente, a decisão singular, aqui, não examinou os aspectos da alíquota excessiva e da compensação, discutidos na defesa. Seria, por isso, de decretar-se a nulidade desse julgado; porém, mercê do princípio da celeridade e economia processuais, inserto no art. 59, § 3º, do Decreto nº 70.235/72. No mérito, o recurso merece provimento.

A alíquota, no caso, há de ser reduzida, de 2% para 0,5%, porque, nesse particular, a decisão recorrida negou vigência ao artigo 1º do Decreto-Lei nº 1940 de 1982, e na legislação posterior, a par de dissentir-se da iterativa jurisprudência, inclusive, do Supremo Tribunal Federal.

E quanto à compensação, trata-se de matéria com inúmeros precedentes nos julgados das três Câmaras do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, todos no sentido de, à unanimidade, deferir a compensação, na forma aqui postulada, posto que amparada pelo art. 66 da Lei nº 8.383/91 e art. 1º do Decreto-Lei nº 2.138 de 29.01.97, bem como na Instrução Normativa da SRF nº 21/97.

A decisão recorrida, pois, ao indeferir a compensação, negou vigência àqueles dispositivos legais e àquela Instrução Normativa. E não é correto, *data venia*, o entendimento, no sentido de que não é possível a compensação entre contribuições de natureza diferente, porque o parágrafo do artigo 66 da Lei nº 8.383/91 ficou superado, a partir da vigência do Decreto-Lei nº 2.138/97 (art. 1º).

Isto posto e por tudo o mais que dos autos consta, **dou provimento ao recurso voluntário**, para, em reformando da decisão recorrida, deferir a redução da alíquota para 0,5% e a compensação postuladas nos presentes autos.

É como voto.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1999

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY